

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto Multidisciplinar
Curso de Licenciatura em História.

Vinícius dos Santos Fernandes

ALBERTO PASQUALINI, O PTB E O TRABALHISMO.

Nova Iguaçu
2010

Vinícius dos Santos Fernandes

Alberto Pasqualini, o PTB e o trabalhismo.

Monografia apresentada ao Curso de História como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Fortes.

Nova Iguaçu
2010

Alberto Pasqualini, o PTB e o trabalhismo.

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo analisar a trajetória intelectual de Alberto Pasqualini - sua produção, os preceitos que defendia, sobretudo seu "modelo" de trabalhismo, e as influências que teve - para tentar entender suas opções e sua atuação política. Procura-se assim contribuir para a compreensão da dinâmica político-partidária do período e uma melhor sistematização dos conceitos utilizados para entendê-lo. Dessa maneira, o que se propõe é um entrecruzamento da História Intelectual com a História Política, o que se justifica pela atuação destacada que o objeto da presente pesquisa, que ficou conhecido como o "teórico da trabalhismo brasileiro", desempenhou nestes dois campos da vida social.

A maior parte dos trabalhos sobre Alberto Pasqualini, tende a enfatizar a atuação destacada deste no campo ideológico. Com influências variadas, que vão desde o catolicismo, sobretudo as encíclicas papais, ao trabalhismo inglês, teve importante atuação na formulação do programa do Partido Trabalhista Brasileiro e por essa ênfase nos elementos doutrinários, passou para a História como o teórico do trabalhismo brasileiro. Entretanto, teve também importante desempenho na arena política. O auge de sua carreira política deu-se quando foi eleito senador pelo PTB em 1955. Com base na pesquisa bibliográfica e na análise de acervos documentais existentes nos estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, apresentaremos elementos para o enriquecimento da compreensão do papel histórico desse importante personagem histórico.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alexandre Fortes (Orientador).
Instituto Multidisciplinar – DHE – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Prof. Dr. Jean Rodrigues Sales
Instituto Multidisciplinar – DHE – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Prof.^a Dr.^a Surama Conde Sá Pinto
Instituto Multidisciplinar – DHE – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

Só quem já viveu o ambiente acadêmico sabe que o sucesso neste meio depende de uma série de outros fatores externos. As dificuldades que encontramos são de diversas ordens, financeira, emocional e até mesmo física.

Muitas são as dívidas de quem se dedica a concluir um curso de graduação, pois foram muitas as pessoas que nos ajudaram a superar todos estes obstáculos. Não há como lembrar de todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a confecção deste trabalho e para a conclusão do curso. Ciente da dificuldade de tal tarefa, escolho correr o risco de não mencionar todas as pessoas que gostaria e desde já seguem minhas sinceras desculpas aqueles que, por triste falha de memória, não incluí nestes agradecimentos.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao apoio de minha família. Sem ela não seria possível concluir meu curso universitário. Meu irmão Vitor, meu pai João Batista e minha tia Maria Auxiliadora, mas em especial, seguem meus agradecimentos a minha mãe Gélia. Seu amor incondicional, suas palavras de incentivo e principalmente sua paciência sem limites foram os principais responsáveis pelo equilíbrio emocional necessário a conclusão de meu curso de graduação. Aproveito então este espaço para lhe declarar todo meu amor e gratidão.

Agradeço também a todos os meus amigos de graduação, principalmente Diego, Rita, Nelson, Gabriel (Cabelo) e Leandro. Muito obrigado pela oportunidade de desfrutar de vossa prazerosa companhia. São eles os responsáveis por tornar agradáveis todos os momentos de vivência na Universidade.

Minha formação cultural e intelectual deve muito aos professores com os quais mantive contato durante minha estada na UFRRJ/IM. Meu agradecimento sincero ao meu orientador, Alexandre Fortes, por sua paciência, atenção e pelas oportunidades de crescimento a mim fornecidas, desde o início do curso; aos membros desta banca examinadora, por sua total disponibilidade e dedicação ao meu caso e ao presente trabalho.

Cabe ainda uma menção não menos importante aos demais professores que estiveram presentes conosco (aqui peço licença para falar em nome dos demais colegas de turma), desde o início do curso, são eles os professores Álvaro do Nascimento e Marcos José de Araújo Caldas. Seus esforços na elaboração de um bom curso de História não poderiam deixar de ser reconhecidos.

Por fim, o que deve vir primeiro, a Inteligência Universal. Muito obrigado pela vida,

pela oportunidade de estar vivo e aprender a cada dia mais. Neste sentido, agradeço a orientação e o discernimento a mim dispensados e aos vigorosos ensinamentos colhidos nos estudos com os quais venho tendo contato no Instituto de Pesquisas Humanas Alpha. Com amor e alegria, um abraço fraterno a seu coordenador, Hugo José, e a todos os seus membros.

Dedico este trabalho a todos aqueles que, algum dia, já se questionaram sobre o alcance e as possibilidades da mente humana.

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo I: Pasqualini: Vida e Obra.....	16
Capítulo II: Entre a trajetória e as representações: os significados da inserção político-cultural de Pasqualini.....	33
Conclusão.....	44
Bibliografia.....	45

INTRODUÇÃO.

A vida só tem expressão, só tem sentido, só tem beleza, quando guiada por um ideal: ideal de bondade, de justiça, de humanidade que nos faça compreender as contingências e as misérias terrenas, nos dê forças e coragem para superá-las e nos aproxime sempre mais da perfeição, que só existe fora dos limites humanos, isto é, na grandeza, na vastidão e na glória de Deus.¹

Como objetivo primeiro, esse estudo visa analisar a trajetória intelectual de Alberto Pasqualini - sua produção, os preceitos que defendia, sobretudo seu "modelo" de trabalhismo, e as influências que teve - para tentar entender suas opções e sua atuação política. A partir deste entendimento, tentar compreender melhor a dinâmica de funcionamento do sistema partidário instalado em 1945, que dura até o golpe de 1964 e contribuir no sentido de melhor sistematizar o debate sobre os conceitos políticos utilizados para explicar esse período.

Alberto Pasqualini nasceu em Ivorá, no ano de 1901, filho de imigrantes italianos e de origem social humilde. Sua formação cultural vai ser muito marcada pela influência do pensamento católico e do trabalhismo inglês. Além, é claro das ideologias autoritárias que permeavam o contexto histórico no qual ele se inseriu.

Sua atuação política teve início a partir das movimentações em torno da Revolução de 1930. Durante essa década, concorreria ao cargo de vereador em 1934 e seria eleito em 35. Integrou a burocracia do Estado Novo no ano de 1943, quando da interventoria de Ernesto Dornelles. Pediu demissão em 1944 por alegadas incompatibilidades com o autoritarismo e personalismo de Vargas. Em 1945, funda a USB e, no ano seguinte, ingressa nas fileiras do recém-formado Partido Trabalhista Brasileiro. Concorreu por essa legenda por duas ao cargo de governador do estado do Rio Grande do Sul, em 1947 e 1954, perdendo nas duas campanhas e foi eleito senador em 1950.

Sua atuação no partido sempre foi marcada pelo esforço doutrinário. Passou para a história como o ideólogo do trabalhismo brasileiro. Característica enfatizada por seus biógrafos e políticos organizadores de seu pensamento. Ao analisarmos sua trajetória, entretanto, o que se pretende é enfatizar as duas maneiras pela qual Pasqualini se inseriu na sociedade. Dessa maneira, no movimento historiográfico, foram percebidas três frentes de análise.

A primeira vai tratar da relação de aproximação e afastamento que se estabelece entre

¹ PASQUALINI, Alberto. *Apud* RIELA, Caio Repiso. Pasqualini: Vida e Obra. Porto Alegre: Corag, Sem ano.

Getúlio e Pasqualini. A segunda do papel desempenhado por Pasqualini na evolução histórica do Partido Trabalhista Brasileiro. Essas temáticas são importantes para que se consiga perceber a configuração político partidária do período democrático. Primeiro pela importância da figura de Vargas para o período, é a partir e em função dele que se estabelecem os partidos políticos, por exemplo, segundo porque o esforço doutrinário desenvolvido por Pasqualini, dentro do PTB, é entendido como tentativa de dar maior consistência ao regime democrático brasileiro, de modernizar a política brasileira.²

A terceira problemática diz respeito a definição e ao significado histórico do conceito de trabalhismo. Esta tem importância tendo em vista a emergência dos estudos históricos surgidos a partir da década de 80, para explicar politicamente o período democrático.

O diálogo que estes estudos estabelecem é com a historiografia tradicional dos anos 60 e 70, muito informadas pela sociologia e pela ciência política, que viam a experiência democrática brasileira anterior ao golpe militar de 1964, definida em função da existência de um líder carismático e manipulador. A democracia do período é incipiente pois as classes médias urbanas são fruto do fluxo migratório que se estabelece a partir do processo de industrialização e não estão preparadas para o exercício da democracia. Este é o conteúdo básico do conceito de populismo desenvolvido por essa tradição interpretativa.³

Esta recente historiografia opôs-se a utilização do conceito de populismo por não perceber as relações político-sociais estabelecidas no período como informadas pela existência desse caráter manipulador. A crítica que se estabelece é no sentido de mostrar que essa tradição sociológica desconsidera a experiência operária que se tem na Primeira República, mostrando assim, o surgimento dos direitos trabalhistas, mais como fruto da Intenção manipuladora de Getúlio, do que das lutas travadas pelos trabalhadores. Nessa nova linha interpretativa, substitui-se o conceito de populismo pelo conceito de trabalhismo.⁴

Sendo assim, o que se propõe é um entrecruzamento da História Intelectual com a

² Sobre essas duas temáticas ver: BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. A UDN e o Udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945 – 1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. BODEA, Miguel. Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992. D'ARAÚJO, Maria Celina. Sindicatos, carisma e poder. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. GOMES, Ângela de Castro. Partido trabalhista brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel. Nacionalismo e reformismo radical. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (coleção as esquerdas no Brasil vol. II) HIPÓLITO, Lúcia. De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

³ WEFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. 5ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

⁴ GOMES, Ângela de Castro. A invenção do Trabalhismo. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

História Política, o que se justifica pela atuação destacada que o objeto da presente pesquisa, que ficou conhecido como o "teórico do trabalhismo brasileiro", desempenhou nestes dois campos da vida social.

Para tanto, foi necessário dialogar com as perspectivas de estudos de trajetórias individuais que tiveram o mérito de mostrar como esse tipo de abordagem pode contribuir para desvendar, de uma maneira que os estudos de escopo mais alargado não conseguem, a maneira pela qual se estabelecem as relações sociais em determinado contexto histórico. Neste sentido, no caso específico deste trabalho, procura-se entender as “regras” que regiam o cenário político de então através do estudo da trajetória política e intelectual de Alberto Pasqualini.⁵

Devido ao fato de nosso personagem ser um intelectual-político ou político-intelectual, a análise de sua obra merece uma atenção maior no sentido de tentar filtrar as informações contidas em suas publicações e falas, tentando sempre determinar até que ponto seus pronunciamentos são fundamentados ideologicamente, e até que ponto fazem parte das estratégias políticas.

Além disso, como a maior parte das obras sobre Pasqualini, tende a ser organizada por políticos, surge como campo de debate fundamental a questão da memória parlamentar ou da memória que se quer construir acerca da trajetória de Pasqualini e sobre o que ele efetivamente representou para o desenvolvimento da política nacional.

Neste sentido, o discurso produzido não leva em consideração incoerências e ambigüidades do discurso pasqualinista, que parecem ser bastante freqüentes. A imagem que se cria ao ler os depoimentos e a forma como a obra do intelectual gaúcho é apresentada, é a de um homem correto, íntegro, coerente com seus postulados doutrinários. Muitas decisões tomadas por Pasqualini são interpretadas como exemplos marcantes de sua coerência intelectual.

Para ratificar a idéia de ele ser um nobre defensor dos princípios democráticos, por exemplo, é evitada sua decisão de se demitir da Interventoria de Ernesto Dornelles em 1944. Entretanto, no ano anterior, Pasqualini defenderia o regime ditatorial do Estado Novo, por seu

⁵ Sobre os debates acerca da contribuição dos estudos de trajetória individual ver:GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. Versão digitalizada para fins didáticos de GRYSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 14, p.73-90, out. 1990.

caráter de exceção, transitório. Pasqualini a definiria então como uma ditadura técnica.⁶

[As ditaduras técnicas] Surgem em condições históricas determinadas e com objetivos definidos, caracterizando-se pela sua transitoriedade e pela observância de certos princípios jurídicos fundamentais. Não visam à abolição do regime democrático; são antes meros parênteses senão episódios da própria vida democrática.⁷

Não se quer com isso, afirmar que Pasqualini seja defensor de regimes ditatoriais, o que se quer é apenas mostrar que, pela sua dupla função – intelectual e político – nem sempre suas decisões políticas serão baseadas eminentemente nos ideais defendidos pelo personagem. Isto é, em função de como a conjuntura política se apresenta, Pasqualini foi obrigado a tomar decisões que não necessariamente tinham respaldo em sua doutrina.

Ainda sobre a construção da memória sobre a vida de Alberto Pasqualini, a ênfase dada em sua figura recai sempre na atuação intelectual, muitas vezes sendo colocada em segundo plano sua atuação parlamentar. Transparecendo nas falas certa dose de aceitação, por parte de Pasqualini, de sua função de intelectual do trabalhismo brasileiro.⁸

Some-se a isso o fato de, como nos mostra Sirinelli,⁹ o campo da História Intelectual ter suas fronteiras não muito bem estabelecidas. Contribuiu para isso, o descaso a que esse campo histórico foi relegado na historiografia mundial quando do surgimento e difusão dos pressupostos defendidos pelos historiadores do grupo dos Annales.

O autor mostra como, por se basear na análise de grandes obras e grandes autores, a História Intelectual do período anterior ao surgimento dos Annales foi desconsiderada por esse grupo em suas primeiras gerações e só retornou ao leque de opções dos historiadores a partir da década de 80, muito associada ao ressurgimento da História Política. A partir de então, a História Intelectual renovou-se teórica e metodologicamente e sofreu avanços consideráveis para um campo recente e de fronteiras tão fluídicas.

O estudo dos intelectuais, ainda segundo Sirinelli, contém uma infinidade de variáveis que devem ser bem entendidas e analisadas pelo historiador que se dedique a essa área, a fim

⁶ PASQUALINI, Alberto. Ditaduras. *Apud.* PASQUALINI, Alberto. O pensamento político de Alberto Pasqualini. Realização: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Museu Júlio de Castilhos. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2005.

⁷ Idem. P. 46.

⁸ Até o presente momento não nos foi possível estabelecer até que ponto Pasqualini assumiu esse papel de intelectual do partido e até que ponto essa imagem é construída posteriormente. O que se sabe é que por algumas vezes, nos jornais da época, se ouviu dizer da figura de Pasqualini enquanto o teórico do trabalhismo brasileiro.

⁹ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (org.). Por uma História Política. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

de delimitar as implicações que tais questões possam perpetrar no resultado da pesquisa. São exemplos de fatores a serem considerados: a definição e a extensão do conceito de intelectual, que fica mais complicado se admitido o fato de ser um conceito formulado pelo próprio grupo dos intelectuais; a influência que tais personagens exercem e que sofrem em sua vivência social e, finalmente, (apenas para não ficar enfadonho) o grau de engajamento político desses indivíduos.

Como contribuições últimas retiradas desse texto para a presente pesquisa, é importante destacar a íntima relação entre as esferas do Intelectual e do Político e a importância dos estudos de reconstituição do itinerário político dos intelectuais que, apesar de seus inúmeros percalços, são aqui entendidas como um desafio necessário ao desenvolvimento desse campo político e um estímulo a pesquisa Histórica. Constitui-se assim, o que o autor denomina de “*estudo dos intelectuais como atores do político*” ou simplesmente, “*história política dos intelectuais*”.¹⁰

Ainda sobre esse novo olhar que se desvela sobre os estudos na área da História Intelectual, segue em sintonia com o presente trabalho a perspectiva apontada por Pierre Rosanvallon de uma História conceitual do político.¹¹

Para que isto possível, este trabalho foge da tradição de estudos em História Intelectual que tem um enfoque puramente descritivo das grandes idéias e dos grandes homens, e procura entender a formação das idéias que estruturam o pensamento e as ações dos homens de determinado período, através da análise de seus conceitos.

O objetivo da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação encaram seu futuro.¹²

Neste sentido, desenvolvem-se dois pressupostos de ordem metodológica. Primeiro um alargamento do que se entende por político. Este é aqui não mais entendido como uma das esferas da vida social e sim, como um local onde as relações e representações de poder inerentes ao funcionamento de determinada sociedade são construídas e refletidas.

¹⁰ Idem. P. 244 e p. 245.

¹¹ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). Rev. Bras. De História. São Paulo, v.15, nº 30, pp. 9 – 22, 1995.

¹² Idem. P. 16.

O pressuposto metodológico deriva da definição implícita do político sobre o qual eles [os novos estudos de História Intelectual] se fundam. O político não é para eles uma “instância” ou um “domínio” entre outros da realidade: é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo.¹³

Segundo, é preciso contextualizar historicamente os indivíduos e seus pensamentos, ou seja, reconstruir sua trajetória e *compreender* a maneira pela qual ele entende sua realidade e define suas atitudes. Essa operação está bem resumida no significado que se atribui ao ato de compreender.

Compreender, no sentido de Max Weber (*verstehen*), no campo histórico implica em reconstruir a forma como os atores elaboram sua compreensão das situações, em detectar as recusas e atrações a partir das quais os atores pensam sua ação, em desenhar a árvore dos impasses e das possibilidades que estrutura implicitamente seu horizonte.¹⁴

Consoante o panorama até então descrito, a presente monografia estará dividida da seguinte maneira: no primeiro capítulo serão apresentadas a biografia de Alberto Pasqualini, as influências para a formulação de sua doutrina e algumas das principais características de seu pensamento.

No segundo capítulo serão expostas divergências detectadas na historiografia nacional em três frentes de questionamentos: a relação de Alberto Pasqualini com Getúlio Vargas, sua inserção e os termos de sua atuação no PTB e, por fim, a definição e o significado histórico do conceito de trabalhismo. Por serem temáticas complementares e que aludem basicamente a mesma literatura, as duas primeiras questões serão analisadas conjuntamente.

Como conclusão, serão tecidos comentários sobre a importância da trajetória de Pasqualini para a compreensão do período do intervalo democrático, que é o período que se constata como sendo de sua maior movimentação política e intelectual e quando se encontram, também, os principais pontos de divergências interpretativas sobre suas decisões, e introduzir alguns pontos a serem aprofundados por pesquisas futuras.

¹³ Idem. P. 12.

¹⁴ Idem. P. 18.

CAPÍTULO I

Pasqualini: Vida e Obra.

Alberto Pasqualini nasceu em Ivorá, município emancipado e que hoje faz parte de um conjunto de municípios que formam a chamada Quarta Colônia Italiana. Como não podia ser então diferente, nosso personagem é filho de imigrantes italianos. Seu pai, Alexandre Pasqualini, era um modesto escrivão distrital e sua mãe, dona Paulina Bertoluzi, doméstica. Fatos que denotam a humildade de sua origem. Alberto Pasqualini teve quatro irmãos. O ano de seu nascimento é 1901.¹⁵

A humildade de suas origens vai ser fato marcante em sua trajetória de vida, inclusive em sua formação escolar. Segundo relatos, sempre se interessou muito pelos livros. Quando adolescente, tomou gosto por farmácia, chegou inclusive a cursar um ano da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Não foi possível concluir o curso porque tinha de trabalhar para sustentar seus estudos e o curso de medicina era em tempo integral.

Sua formação escolar teve início no Seminário São José, no Município de São Leopoldo, entretanto, teve de refazer seus estudos básicos no Colégio Anchieta e posteriormente no Ginásio Júlio de Castilhos, já em Porto Alegre, pois o ensino de seu primeiro Colégio não era reconhecido. A partir de então, como estava avançado nas disciplinas, dava aulas particulares para conseguir arcar com as despesas de seus estudos.

Após terminar seus estudos básicos, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Porto Alegre no ano de 1928. Na ocasião de sua formatura, foi escolhido orador e proferiu discurso que revelaria algumas das temáticas que norteariam sua atuação política e intelectual, principalmente o esforço doutrinário e a preocupação com a organização da sociedade sob os princípios da justiça social.

Estamos vivendo o período de doutrinação que precede as grandes transformações sociais [...] A consciência coletiva já começou a perceber que a organização política e econômica da sociedade atual não corresponde às suas necessidades materiais e aos seus postulados morais. Nenhum homem, sincero ou probo, poderá assegurar que a constituição política da sociedade moderna e o seu regime econômico estejam calcados sobre a idéia da utilidade geral, do bem coletivo, que constituem o ideal de justiça. Só os espíritos levianos e superficiais, ou caracteres torpemente egísta, poderão considerar justa a situação de milhões de desafortunados a quem uma

¹⁵ A não ser quando citado em diferente, as informações deste capítulo baseiam-se em: VASCONCELLOS, Laura Vianna. Alberto Pasqualini e o trabalhismo no Brasil. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

organização social deficiente e aberrante da equidade dá, em troca do trabalho e do sofrimento, a incerteza do pão de cada dia.¹⁶

Nos mundos do direito, Pasqualini advogou, tendo se notabilizado no exercício da função através da defesa de grandes causas, como quando acionou o Instituto de Carnes, e lecionou as disciplinas de Introdução à Ciência do Direito e de Direito Civil na Faculdade de Direito de Porto Alegre, durante a década de 30.

No que diz respeito a sua carreira política, participou da movimentação em torno da Revolução de 1930, mas sua carreira política só teve início em 1934 quando concorreu pela Frente Única, nas eleições para a Câmara Federal. Entretanto, só foi eleito nas eleições de 1935, como vereador ainda pela Frente Liberal. Em 1937, Getúlio Vargas implanta o Estado Novo, extinguindo os órgãos legislativos do país. Sendo assim, Pasqualini só voltaria a exercer cargo político no ano de 1943 quando foi nomeado secretário do Interior na Interventoria de Ernesto Dornelles, sendo demitido em 1944, por discordar de muitas das medidas de Vargas.¹⁷

No ano de 1945 surge o movimento popular em favor das idéias políticas e sociais de Alberto Pasqualini, que posteriormente daria origem à USB (União Social Brasileira). A USB não se constituiu enquanto partido político. Ela reuniu um grupo bastante heterogêneo de indivíduos que tinham como elo as idéias de Pasqualini e foi responsável por formar futuramente a base da ala ideológica do Partido Trabalhista Brasileiro, em sua seção gaúcha.¹⁸

Em 1946, Pasqualini e a USB se unem ao PTB. A entrada desses setores vai ser fundamental na tentativa de dar base ideológica ao partido. Essa, aliás, parece ter sido característica básica de Pasqualini, a ênfase no trato com as idéias. O que realmente importava era a mudança na mentalidade dos cidadãos. Em suas próprias palavras:

¹⁶ RIELA, Caio Repiso. Pasqualini: Vida e Obra. Porto Alegre: Corag, Sem ano.

¹⁷ Como dito na introdução do trabalho, existem alguns pontos obscuros na trajetória política de Pasqualini, sobretudo sobre os motivos elencados pela historiografia para esclarecer algumas das atitudes de nosso personagem. Nesse caso, por exemplo, algumas especulações podem ser feitas para questionar as reais intenções de Pasqualini para agir dessa maneira. Será que a discordância das políticas de Vargas foram suficientes para seu pedido de demissão? Ora, ele já havia aceitado ser secretário do interior no Estado Novo. Acreditamos ser insuficiente a alegação de discordância com o autoritarismo de Getúlio para a demissão do cargo. Podem existir aí dinâmicas regionais incompreendidas e pouco exploradas pela historiografia nacional. Como já foi dito anteriormente também, essas são apenas hipóteses especulativas levantadas por esse trabalho. As fontes recolhidas até o momento não nos permitem uma afirmação sistemática das reais motivações de Pasqualini. Além disso, as ambiguidades e os lapsos historiográficos serão melhor analisados mais a frente.

¹⁸ BODEA, Miguel. Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992.

Nosso problema não é apenas vencer uma eleição e controlar o governo; nosso problema é criar uma mentalidade social que facilite o uso dos meios que o poder oferece para realizar o programa que defendemos.¹⁹

É pela entrada da USB no Partido Trabalhista Brasileiro que este adquire uma feição mais a esquerda no espectro político do período.²⁰

Pasqualini participaria ainda de alguns pleitos eleitorais significativos. Em 1947, perdeu o pleito para Walter Jobim. Foi eleito Senador da República em 1950. Em 1954 candidatou-se novamente para o governo do Estado do Rio Grande do Sul mas foi superado na contagem de votos por Ildo Meneghetti.

Como um último dado a ser destacado nessa pequena biografia de Alberto Pasqualini, surge o não esquecimento de suas origens. E é através de sua carreira profissional que podemos perceber melhor os estreitos laços de identificação de Pasqualini com seu local de origem e com os problemas que assolavam aquela população.²¹

Como advogado, por exemplo esses laços podem ser demonstrados no caso do monsenhor Humberto Busatto. No início da década de trinta, Pasqualini defendeu esse religioso da acusação de desacato a autoridade judicial, por se recusar a assinar uma intimação que pretendia cassar-lhe o título de eleitor por ser ele italiano. Monsenhor Busatto foi absolvido.

Durante sua estada na interventoria de Ernesto Dornelles, em 1943, Pasqualini voltaria a defender a população italiana. Eram tempos da Segunda Guerra Mundial e os habitantes de Ivorá começaram a sofrer perseguições. Três deles tiveram seus receptores de rádio apreendidos pela polícia. Pasqualini determinou que os receptores fossem devolvidos e encerrou as investigações.

Além disso, enquanto Senador, foi fundamental no projeto de reabertura da rodovia RS – 348, que liga Ivorá a Val de Serra e na construção do Hospital Nossa Senhora da Saúde, de Ivorá, inaugurado em janeiro de 1953, doando toda sua verba pessoal no Senado.

¹⁹ PASQUALINI, Alberto. Bases e Sugestões para uma política social. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958. p. 48.

²⁰ Sobre a trajetória política de Pasqualini, ver: BODEA, op. Cit. Não custa lembrar que os alguns aspectos problemáticos serão abordados com mais vagar em outra seção da presente monografia.

²¹ As informações que se seguem sobre a relação de Pasqualini com seu local de origem estão presentes em: RIELA, Caio Repiso. Op. Cit.

Quando veio morar no Rio de Janeiro em função de sua eleição para o cargo de senador da República, casou-se com dona Suzana Thompson Flores, gaúcha da fronteira, do município de Bagé. Dona Suzana foi crucial nos últimos anos de vida de Pasqualini. Ela foi seu porto seguro em momentos de debilidade física causada primeiro por insuficiência renal e posteriormente, no ano de 1956, por um derrame cerebral. O ideólogo do trabalhismo ainda ficaria paralisado por mais quatro anos, até vir a falecer no ano de 1960.²²

* * *

A partir de agora serão analisadas as influências ideológicas sofridas por Pasqualini na formulação de seu pensamento e serão apontadas as características fundamentais de sua doutrina.

Antes de tudo, é preciso entender que todo indivíduo representa ideologicamente certo período, ou seja, existe em seus atos, falas e hábitos (seus costumes) uma série de valores que ele compartilha com a sociedade na qual está inserido. Apesar de essa relação ser verdadeira para todos os indivíduos de um determinado contexto social, no caso de um pensador, um intelectual essa relação é mais explícita, já que sua “função” dentro da tal sociedade é justamente pensar. Nesse sentido, cumpre esclarecer certos aspectos da conjuntura histórica que, a nosso ver, fazem parte do ideário que informa a construção do pensamento pasqualinista.

Como um primeiro dado surge a tendência já bastante conhecida pela historiografia, de, a partir da década de trinta, o autoritarismo ser por várias vezes acionado para solucionar os problemas sociais, ou seja, as atitudes políticas passam a ser cada vez mais informadas por uma série de características advindas da ideologia autoritária.²³

Sobre essa difusão do pensamento autoritário no Brasil é preciso ter em mente dois contextos: o primeiro, o cenário internacional. Nesse período, o mundo ocidental assiste ao desencadear do processo de crise do liberalismo político e econômico e, conseqüentemente, o

²² O estado de saúde de Pasqualini surge como aspecto importante na medida em que é utilizado para explicar, em parte, seu fracasso na campanha para governador do Rio Grande do Sul em 1954 e que é em função da doença que Pasqualini se retira das atividades políticas recusando inclusive o convite de Juscelino Kubitschek para se candidatar ao cargo de Vice-Presidente.

²³ Por atitudes políticas entendem-se não somente as atitudes que dizem respeito ao campo político exclusivamente, mas todo e qualquer ato que traga consigo a manifestação de alguma relação de poder, seja ela expressa no âmbito cultural, social, econômico ou político.

desencantamento com as soluções democráticas. Na Europa, uma das conseqüências foi o surgimento de regimes totalitários de extrema-direita, os chamados fascismos.

A segunda conjuntura diz respeito mais especificamente ao cenário nacional. As influências desse processo de crise dos valores ocidentais têm suas implicações no Brasil, as conseqüências, entretanto, serão específicas do contexto histórico nacional. Como se sabe, a política brasileira na Primeira República foi muito marcada pela dominação oligárquica, ou seja, o acordo político entre as elites dominantes na escolha de candidatos e na definição das políticas públicas. Esse sistema político ou, essa maneira de atuar politicamente, entra em crise a partir dos reflexos dessa crise internacional de valores.²⁴

Como elemento interno, para o fim desse sistema político existente na Primeira República, temos o acúmulo de insatisfações de diversos setores sociais que não se viam contemplados pela política de então, tais como, os grupos oligárquicos dissidentes, ou de “segunda ordem”, e os chamados setores médio-urbanos, novos setores sociais que surgem gradativamente na Primeira República como conseqüência básica do processo de modernização econômico-social sofrido pelo Brasil.²⁵

As insatisfações acumuladas nesse período são cristalizadas no movimento revolucionário perpetrado em 1930, que leva Getúlio Vargas, um estancieiro gaúcho, membro da oligarquia gaúcha, ao poder.

Na montagem do sistema político subsequente, vai ser característica básica, sobretudo no período do Estado Novo, a crítica aos excessos do liberalismo da Primeira República, este passa a ser o principal responsável pelos males que assolaram o país até então. Passa-se assim, a adoção de medidas contrárias ao liberalismo, medidas que passam a ser gradativamente informadas pelo autoritarismo. O autoritarismo no Brasil não será adotado em bloco, não surgiriam movimentos totalitários como na Europa. O que surge no Brasil é um Estado com noções de autoritarismo, ou seja, um Estado liberal (pelo menos na maior parte do tempo) com dispositivos autoritários não conflitantes.

Para se entender melhor essa idéia, analisaremos o elemento crucial para o

²⁴ Não é pertinente ao escopo deste trabalho fazer digressões alongadas sobre o sistema político vigente na primeira república, as referências a esse período são feitas sempre no sentido de analisar a conjuntura histórica que informava as ações de Pasqualini. Tal escolha se mostra mais pertinente na medida em que é a partir da década de 30 que podemos observar a maior atuação parlamentar e intelectual do personagem alvo do presente trabalho.

²⁵ Para um aprofundamento na temática das causas e no desenrolar do processo revolucionário de 1930 ver: FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930 :historiografia e história. São Paulo : Companhia das Letras, 2002.

entendimento da montagem do Estado pós-30 que é o conceito de corporativismo.

De maneira geral, o corporativismo é entendido como uma doutrina ou sistema sócio-político baseado na representação dos interesses dos grupos sociais junto ao Estado ou às esferas mais altas de poder em função de atividades profissionais, tendendo à harmonia entre esses setores para a realização de um bem comum, algo maior que extrapola os interesses definidos de cada grupo social.²⁶

O corporativismo é uma doutrina que propugna a organização da coletividade baseada na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais (corporações). Propõe, graças à solidariedade orgânica dos interesses concretos e às formas de colaboração que daí podem derivar, a remoção ou neutralização dos elementos de conflito: a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social, as diferenças ideológicas no plano político.²⁷

Fica evidente, neste sentido, a referência à experiência da centralidade das comunas e das corporações de ofício na Idade Média.

Além disso, é importante destacar, a pretensa incompatibilidade teórica, pelo menos em essência, entre liberalismo e corporativismo, na medida em que o primeiro pressupõe um processo de individualização, de libertação do indivíduo das limitações que o impediam de desenvolver suas potencialidades – preconizando uma dinâmica conflituosa e competitiva, já que os indivíduos possuem uma infinidade de interesses - e o segundo, um processo de limitação dos interesses individuais em função do bem da coletividade, fundando uma ordem social harmônica.

Como último componente, destacamos a profunda associação entre o conceito e a chamada doutrina social da Igreja.

A reatualização do conceito e sua inserção no horizonte político dos países ocidentais remetem ao período do entre-guerras. Neste contexto ele se apresenta como opção entre os excessos do comunismo e do liberalismo que, como demonstra Hobsbawm, encontra-se em processo de crise.²⁸

Como mostra o autor, esse período assiste a um intenso processo de queda da ideologia liberal, provocada principalmente pela desilusão com os progressos do liberalismo,

²⁶ INCISA, Ludovico. In: *Dicionário de política*. BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Giofranco. Traduzido por Carmem C. Varriale (et al). 7ª ed. Brasília, DF: UNB, 1995, p. 286-291.

²⁷ Idem. (p. 286).

²⁸ HOBBSAWM, Eric. *A era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

decorrente das conseqüências catastróficas da primeira Grande Guerra. Estava aberto o espaço para difusão de novas ideologias. Duas forças se mostram presentes, a direita e a Igreja.

Sobre esse processo de queda do liberalismo, Hobsbawm afirma que a principal ameaça aos regimes liberal-democráticos partia, neste momento, da direita política. Essa ameaça vinha de três movimentos: os “reacionários antagônicos”, os idealizadores de um “estatismo orgânico” e o(s) movimento(s) fascista(s). Para efeito de análise restringiremos o escopo do estudo aos dois últimos movimentos por sua relação direta com o tema da presente análise.

O estatismo orgânico do autor tem definição próxima, se não idêntica, à definição mais tradicional do conceito de corporativismo. Em suas palavras:

Um segundo tipo da direita produziu o que se tem chamado de “estatismo orgânico” [...], ou regimes conservadores, não tanto defendendo a ordem tradicional, mas deliberadamente recriando seus princípios como uma forma de resistir ao individualismo liberal e à ameaça do trabalhismo e do socialismo.²⁹

Baseava-se assim, na recusa ao liberalismo e na aceitação da cooperação entre as classes sociais, muitas vezes delimitado enquanto uma “democracia orgânica”. Não à toa o autor identifica a existência desse sistema em países católicos.

O outro movimento a que nos cabe fazer referência é o fascismo. Este nutria basicamente as mesmas bases do “estatismo orgânico”, sobretudo seu caráter antiliberal, mas diferia deste na medida em que atuava diretamente na mobilização das massas.

A grande diferença entre a direita fascista e não fascista era que o fascismo existia mobilizando massas de baixo para cima. Pertencia essencialmente à era da política democrática e popular que os reacionários tradicionais deploravam, e que os defensores do “Estado orgânico” tentavam contornar.³⁰

Permeando todo esse movimento do período existe a questão da atuação da Igreja católica. Como ressalta Jessie Jane³¹, é nesse período que a ação católica passa a se pautar no corporativismo, constituindo-se como elemento constitutivo da doutrina social da Igreja e como uma espécie de terceira via, alternativa ao liberalismo e ao comunismo, ambos movimentos repugnados pela instituição eclesiástica.

²⁹ Idem. p. 117.

³⁰ Ibidem. p. 121.

³¹ SOUSA, Jessie Jane Vieira de. Uma sociedade juxta totum naturare ou um corporativismo incompleto? Topoi, v.7, n. 13, jul.-dez. 2006, pp. 424-444.

[...] foi com a encíclica *Quadragesimo anno*, promulgada em 15 de março de 1931 por Pio XI, cujo papado ocorreu durante o período entre as duas grandes guerras, que o corporativismo foi introduzido no debate do catolicismo social.

Naquele contexto, o corporativismo surgiu como uma resposta às novas inquietações dos católicos envolvidos na ação social e foi visto por estes como a possibilidade de a Igreja se fazer presente no mundo de então. Era preciso que os católicos se pronunciassem sobre a restauração da ordem social e seu aperfeiçoamento em conformidade com o evangelho.³²

É a influência dessa doutrina que se percebe, nos movimentos direitistas que emergem, então, no cenário europeu. É nela que os teóricos do fascismo, por exemplo, buscam inspiração para a montagem de seu aparelho estatal. Em comum todos estes movimentos alimentavam um sentimento de repulsa a toda a tradição política que se inaugura com a Revolução Francesa. Contudo, há que se relativizar os termos dessa semelhança/proximidade.

Apesar da constatação de um inimigo comum, a Igreja não apóia abertamente o fascismo e recusa a idéia de Estados totalitários. Junte-se a isso o fato de o corporativismo católico, diferentemente do adotado no fascismo, não ter um caráter unívoco, ou seja, não pregar a união das corporações em torno do ideal maior que se concretiza no Estado, nem surge por iniciativa do mesmo. Tem caráter plural e surge por iniciativa da sociedade civil.

Completando esse cenário de derrocada do liberalismo e ascensão de regimes totalitários e, ou, corporativistas, surge a questão da opção da socialdemocracia européia, no período demarcado, pela defesa dos regimes constitucionais e da democracia como estratégia de atuação, num processo que Eley denominou, “constitucionalização da socialdemocracia”.³³

Como já referenciado antes, desvela-se nesse período um intenso processo de crise dos referenciais liberais que associado à deflagração da revolução na Rússia, que traz à cena um novo foco revolucionário, provoca a instauração de uma situação potencialmente revolucionária em virtude, sobretudo dos estragos da Guerra.

O medo dessa radicalização acaba provocando uma reação defensiva da social democracia, que opta por fazer alianças com setores mais conservadores, excluindo da pauta a atuação extraparlamentar, em função de um ideal reformista, que por se basear no corporativismo, contemplava as bandeiras de luta dos movimentos trabalhistas, e da instauração de uma nova ordem socialista por dentro do sistema.

³² Idem. pp. 424-425.

³³ ELEY, Geoff. *Forjando a democracia. A história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005

Neste sentido, Eley foge dos esquemas clássicos de definição do corporativismo ao mostrar que medidas políticas corporativistas também se delineavam no horizonte político da esquerda. Medidas que, em certa medida, se assemelhavam às fascistas no sentido de assinalar a conquista de determinados direitos por parte dos trabalhadores, ainda que isso significasse sua incorporação ao Estado ou a descrição de uma estratégia de atuação dentro dos limites estabelecidos pela legislação.

Não que isso significasse, obviamente, qualquer tipo de manipulação dos interesses dos trabalhadores por parte do Estado, já que a opção corporativista da esquerda estabeleceu-se em relação complementar a um forte desempenho parlamentar.

No caso brasileiro, a maioria dos autores é enfática ao datar o período de implantação do corporativismo no Brasil, no início da década de 30, sobretudo com a implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas. As raízes e causas da implantação desse projeto corporativista remontam, entretanto, à experiência política da Primeira República e aos excessos de seu liberalismo.

Além disso, os debates giram em torno da questão de se o corporativismo brasileiro teria se constituído enquanto projeto integral de governo ou se foi utilizado, um tanto quanto pragmaticamente, tendo sua contribuição se resumido a um determinado setor da sociedade, sobretudo o econômico.

Ao analisar a historiografia específica sobre o tema, resta-nos afirmar que, guardadas as devidas proporções, o corporativismo no Brasil sempre esteve associado ao desenvolvimento do Estado Autoritário, como um instrumento de dominação e controle da atuação das classes populares no espaço público brasileiro. Neste sentido é que a maioria dos estudos se concentra na análise do aparelho estatal varguista, período considerado fulcral para o entendimento dos limites impostos pelo estado à mobilidade dos populares na sociedade, principalmente através da legislação trabalhista.³⁴

³⁴ Para maiores esclarecimentos acerca da trajetória do conceito de corporativismo na história nacional ver: SOUZA, Francisco Martins de. Raízes teóricas do corporativismo brasileiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999. GOMES, Ângela de Castro. Os paradoxos e os mitos: *o corporativismo faz 60 anos*. Revista Análise e conjuntura, v.6, n°2, 1991. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseconjuntura/viewarticle.php?id=225&layout=abstract>. Acessado em: 07/12/2009. VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. CARVALHO, Adriana Duarte de Souza. Liberalismo e corporativismo: *uma análise do processo constituinte de 1946*. Comunicação apresentada em: Sociologia e política. I Seminário Nacional Sociologia & Política, UFPR, 2009. “Sociedade e política em tempos de incerteza”. Grupo de Trabalho 2: Instituições, elites e democracia. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica/anais/gt2.html> Acessado em: 07/12/2009.

Essa tendência só há bem pouco tempo vem sendo relativizada pela historiografia brasileira. Esse movimento que se inaugura na historiografia brasileira deve suas contribuições, acima de tudo, à tradição de estudos historiográficos que, a partir dos anos 80, tenderam a questionar certos paradigmas de análise como, por exemplo, a pretensa manipulação da classe trabalhadora pelo Estado Populista.³⁵

Entretanto, dentro dos limites bem estabelecidos por este trabalho, reveste-se de fundamental importância o trabalho da historiadora Jessie Jane Vieira de Souza, por desenvolver estudo altamente contributivo no sentido de delimitar as influências do chamado “corporativismo católico”, no Brasil.³⁶

Esta tradição remete diretamente à definição antes referenciada de corporativismo tradicional. Baseia-se numa concepção antiliberal da sociedade, propõe a divisão e estruturação social em função das corporações ou associações profissionais tendo em vista sempre a coletividade ou o bem comum, aqui identificado ao ideal de justiça social.

No caso brasileiro, porém, não aspirava à volta de uma tradição medieval. Aceitava a inevitabilidade das transformações decorrentes da Revolução Francesa. Contudo, opunha à agressividade do ideal liberal a noção de justiça social. Calcada na idéia bastante difundida da incapacidade do capitalismo de resolver os problemas sociais.

A noção de justiça surgia como órgão supremo norteador da sociedade que prezava a cooperação entre as todas as corporações, através principalmente da caridade cristã, em função do bem maior da coletividade.

A ação da Igreja católica no período era desempenhada pelos círculos Operários e da Ação Católica, e prezavam pela adoção de um projeto integral de corporativismo, predominando entre nós o que a autora designa por “traços secundários”, tais como assistência social, mutualismo e cooperativismo. Não se podendo desprezar, contudo,

[...] o papel de implementar uma legislação social e previdenciária [...], já que seu projeto pareceu expressar, em todos os princípios e objetivos, o desejo de forjar uma cultura corporativa, tanto no plano da organização das classes quanto na elaboração de um corpo jurídico voltado para a solução da chamada ‘questão social’.³⁷

³⁵ Desnecessário dizer de que maneira o desmantelamento do arcabouço teórico do populismo pela historiografia recente influenciou nos estudos acerca do tema do corporativismo brasileiro, já que parece ser evidente a relação ou referência ao conceito para legitimar a tão propalada manipulação.

³⁶ SOUSA, Jessie Jane Vieira de. Uma sociedade juxta totum naturare ou um corporativismo incompleto? Topoi, v.7, n. 13, jul.-dez. 2006, pp. 424-444.

³⁷ Idem p. 435

Tendo em vista esses preceitos corporativistas no caso brasileiro, fica mais do que evidente, quando analisamos a trajetória intelectual de Pasqualini, o quanto sua doutrina foi influenciada pela chamada Doutrina Social da Igreja. Fica claro também, que essa influência do pensamento católico em sua obra é fruto de sua origem social, basta lembrar que Ivorá é um município onde a população está fortemente inculcada dos valores e ortodoxias cristãs, e de sua formação no colégio jesuíta.

A respeito de sua formação intelectual e cultural nas bases católicas, é importante ressaltar, como mostra Luiz Alberto Grijó,³⁸ a existência de um projeto católico- jesuítico no contexto do Rio Grande do Sul, nas instituições de ensino freqüentadas por Pasqualini.

Esse projeto tinha o intuito deliberado de atuar na formação de um grupo de intelectuais católicos, oriundos, sobretudo, da elite sócio-econômica do Rio Grande do Sul, e se baseava pedagogicamente nos princípios de “formação intelectual”, no sentido do grupo de conhecimentos a serem difundidos (baseados na doutrina Escolástica), e na disciplina.

Além disso, para explicar o tipo de atuação desenvolvida pelos jesuítas, o autor recupera da obra de Odaci Luiz Coradini, o conceito de “comunitarismo orgânico”. Um tipo de matriz ou núcleo que informava as ações dos indivíduos, baseado numa concepção integral de sociedade, ou seja, a existência de um conjunto de preceitos que nortearia a conduta do indivíduo em todas as áreas da vida social.

Ainda sobre as considerações de Grijó, a única ressalva a ser feita seria a de que apesar de ter freqüentado essas instituições marcadas pelo ensino jesuítico, muito provavelmente por ter nascido e sido criado numa região onde o catolicismo é bem forte, o personagem foco do presente projeto de pesquisa não é oriundo do setor identificado pelo autor como o alvo das investidas jesuíticas, a elite sócio-econômica rio-grandense. Basta lembrar que Pasqualini é filho de imigrantes italianos, sua mãe não exercia atividade remunerada e seu pai era “um modesto escrivão distrital”.³⁹

Porém, pelas pesquisas até agora realizadas, não nos foi possível mensurar, o quanto sua origem diferenciada em termos sócio-econômicos pode ter influenciado na formação de seu pensamento político.

³⁸ GRIJÓ, Luiz Alberto. Os soldados de Deus conquistam o Rio Grande: formação cultural e política na primeira metade do século XX. Artigo ainda não publicado, adquirido pessoalmente junto ao autor.

³⁹ RIELA, Caio Repiso. Pasqualini: Vida e Obra. Porto Alegre: Corag, Sem ano.

Um outro aspecto do contexto histórico a ser mencionado é a mudança de status ou de função social do intelectual. Essa transformação, como nos mostra Mônica Velloso, ocorre durante a década de 30 e vai influenciar toda a construção do pensamento social nas décadas subsequentes.⁴⁰

A autora começa por mostrar que a existência de uma idéia arraigada culturalmente sobre a função do intelectual. Ela mostra que desde os imemoriais tempos de construção do Estado Nacional, o intelectual sempre aparece como o guia da multidão, como um ser iluminado, destacado da sociedade e que, por isso mesmo, tem a função ou o dever de guiar as classes mais baixas da população, pois elas não têm capacidade de compreender os desígnios da razão. Essa tradição tem fundamento quando pensada em função da estrutura autoritária e patriarcal do país.

Assim, o ideal da representação, o falar em nome dos destituídos de capacidade de discernimento e expressão, foi facilmente absorvido pelo intelectual brasileiro. Sentindo-se consciência privilegiada do “nacional”, ele constantemente reivindicou para si o papel de guia, condutor e arauto.⁴¹

Antes da década de 30, os intelectuais não se envolviam diretamente com as causas sobre as quais seu discurso se debruçava. Para usar a mesma metáfora da autora, estes indivíduos viviam em sua torre de marfim, de onde contemplariam a sociedade, de uma maneira até bem mais acurada já que estariam isolados, sem, no entanto, interferir diretamente nas questões sociais. Nesse sentido, era resguardada ao indivíduo sua autonomia, sua liberdade de expressão, inclusive para se opor às medidas perpetradas pelo Estado.

É a partir da década de trinta, entretanto, que os intelectuais brasileiros vão começar a produzir seus discursos tendo como âmbito central o Estado. Este assume centralidade seja por ser um dos principais temas que passam a ser abordados pelos intelectuais ou porque é para defender esse Estado da década de 30, que estes estudiosos vão se pronunciar.

A argumentação para essa inversão desenvolve-se da seguinte maneira: o Estado Novo para se legitimar, opera no campo simbólico no sentido de deslegitimar o período anterior, sobretudo os excessos de seu liberalismo. Esta crítica opera em todos os campos da vida social. No âmbito cultural, é exatamente essa postura alienada do intelectual que vai ser criticada. Na criação do novo Estado, a figura do intelectual reveste-se de fundamental

⁴⁰ VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília. (orgs.) O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. II.

⁴¹ VELLOSO, Mônica Pimenta. Op. Cit. p. 147.

importância para captar as insatisfações populares e transmiti-las as esferas superiores de poder. O intelectual é chamado, por suas habilidades, a cooperar para o bem da nação, para a construção da nacionalidade. Já não lhe é mais permitido apenas olhar a sociedade, é preciso se envolver em seus problemas.

É necessário lembrar que há, nesse momento, um rompimento do pacto existente entre as elites que legitimava o exercício do poder. Surgem, então, como atores importantes nesse cenário os novos setores médios urbanos, que eram entendidos ainda como inferiores, isto é, não eram capazes de entender sua própria realidade e os destinos da nação, necessitavam por isso, de um guia. Persiste assim, a idéia tradicional da figura do intelectual, e de como ele age socialmente, os termos de sua função social é que passam por uma transformação.

O que varia é a delimitação do espaço de atuação desse grupo – da torre de marfim para a arena política -, permanecendo o papel de vanguarda social. O trabalho do intelectual - agora engajado nos domínios do Estado – deve traduzir as mudanças ocorridas no plano político.⁴²

É clara a hierarquização dos direitos civis que se evidencia em função das diferenças de capacidade. Desse modo, a liberdade de expressão fica restrita aos que seriam pretensamente os mais bem-dotados: as elites políticas e os intelectuais.⁴³

Isto posto, reveste-se de sentido o esforço de aproximação empreendido pelo Estado para com as manifestações da cultura popular. Juntamente com essa idéia pejorativa do popular, convive uma outra, que o entende como representante legítimo da nacionalidade.

Um dos aspectos que chamam particularmente a atenção no interior do projeto cultural estado-novista é o esforço ideológico no sentido de reconceituar o popular. Este passa a ser definido como a expressão mais autêntica da alma nacional. Ocorre, porém, que esse povo – depositário da brasilidade – é configurado simultaneamente como inconsciente, analfabeto e deseducado. Essa ambigüidade em relação ao popular – misto de positividade e negatividade – vai ser equacionada através de um projeto político-pedagógico implementado pelas nossas elites.⁴⁴

Em termos práticos, a atuação dos intelectuais no Estado Novo se dará em duas frentes: o Ministério da Educação e o DIP. A idéia é, basicamente, homogeneizar culturalmente a sociedade, difundindo os ideais da nacionalidade e controlando as informações e discursos produzidos no período.

Dentro dos termos deste trabalho, duas idéias são centrais de se depreender dessa

⁴² VELLOSO, Mônica Pimenta. Op. Cit. p. 153.

⁴³ VELLOSO, Mônica Pimenta. Op. Cit. p. 156.

⁴⁴ VELLOSO, Mônica Pimenta. Op. Cit. p. 173.

análise, a nova relação que se estabelece entre o intelectual e o Estado e a função ou idéia amplamente difundida na tradição brasileira sobre o papel dos intelectuais na sociedade, seu status de guia e arauto.

No pensamento de Pasqualini, essas idéias se entrecruzam e transparecem em algumas de suas falas. Mesmo não tendo sido um dos intelectuais que faziam parte desta elite intelectual responsável por interpretar o Brasil no período do estado Novo e que em alguns momentos seu discurso seja de ampla oposição à maneira como a política nacional vinha sendo conduzida, podemos dizer que este ambiente cultural desenvolvido na década de 1930 influenciou bastante a formulações teóricas do pensador gaúcho.

Sobre a relação de Pasqualini com o estado Novo, o que se percebe é uma sintonia de propostas. Mesmo com todo o seu discurso em prol dos valores democráticos e da implantação de uma democracia no Brasil, Pasqualini faria a defesa do Estado Novo implementado por Getúlio Vargas em 1937. A análise que ele faz sobre o processo desenvolvido no período é altamente positiva, afirmando ainda, que o Golpe de 1937 foi feito no sentido de garantir a democracia numa etapa futura da nação.

Dois cadeias de raciocínio emergem então para explicar essa postura por parte do pensador. Primeiro, para ele existiriam conjunturas inerentes ao desenvolvimento histórico das civilizações que, explicariam ou permitiriam o surgimento de regimes ditatoriais em caráter de exceção, ou seja, transitório, até que as tais condições fossem superadas.

A inadaptabilidade ocasional do sistema democrático, o desgaste das suas energias em lutas e competições estéreis, a decomposição dos órgãos de governo, a sua falta de coordenação, a sua ineficiência e impotência ante os mais graves problemas sociais e nacionais podem favorecer e propiciar, até nas sociedades mais civilizadas, surto de primitivismo caracterizados pela regressão do poder ao indivíduo e pela centralização da autoridade.⁴⁵

A defesa do Estado Novo pode ser entendida levando-se em consideração duas ordens de fatores: sob a ótica do trabalhismo ou da garantia dos direitos sociais e a crítica ao liberalismo da primeira república.

Para Pasqualini, o objetivo último do trabalhismo seria a garantia de uma justa distribuição da riqueza socialmente produzida. Isso se daria através da correta valorização do

⁴⁵ Correio do Povo, 11 de julho de 1943. apud. PASQUALINI, Alberto. O pensamento político de Alberto Pasqualini. Realização: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Museu Júlio de Castilhos. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2005. p. 44

trabalho, em função de sua utilidade social, já que é ele o princípio ordenador da sociedade. Essa operação foi garantida, no Estado Novo, pela outorga dos direitos sociais e da legislação trabalhista.

A essência do trabalhismo está no reconhecimento de que o único critério justo de qualquer remuneração ou de qualquer ganho deve residir no valor social do trabalho de cada um.⁴⁶

Mesmo não estando explícitas em sua fala alusões aos fatos específicos que poderiam ocasionar o descompasso existente entre o ideal de um regime democrático e as condições objetivas da sociedade brasileira do período, o que parece transparecer é a crítica ao histórico político da recente experiência democrática nacional que se desenvolve até o ano de 1937. Primeiro, critica os excessos do liberalismo da Primeira República que finda com a Revolução de 1930, posteriormente, os conturbados anos de lutas políticas entre os setores revolucionários para que fossem determinados os moldes do Novo Estado brasileiro.

Basta lembrar, por exemplo, que dentro do discurso estadonovista o regime inaugurado em 1937 se apresenta como legítimo e único herdeiro do processo revolucionário iniciado em 1930 que teria sido interrompido durante os anos subseqüentes.

Ainda sobre esse desencontro entre democracia e realidade histórica nacional, resta questionar, mesmo que em caráter especulativo, se não estaria presente a idéia de um povo despreparado para exercer os ideais mais sublimes que constituiriam o regime democrático. Recuperando assim, a idéia da função social do intelectual.

Fica evidente, nos escritos de Pasqualini, a idéia ambígua com relação ao popular.⁴⁷ O povo é revestido de uma idéia positiva, representada no trabalho, na sua capacidade de produzir riquezas, e de uma carga altamente negativa, expressa na “atestada” inabilidade para as funções políticas e, conseqüentemente, para o exercício da cidadania.

A argumentação se desenvolve basicamente da seguinte maneira: o trabalho ordena a sociedade; quem trabalha é o povo, por isso, precisa ser amparado pelo Estado (são criados os direitos sociais). Entretanto, o povo ainda não está preparado para a política (entendendo-se a democracia como a forma mais evoluída que um sistema de governo pode assumir), ele não

⁴⁶ PASQUALINI, Alberto. A essência do trabalhismo. In. PASQUALINI, Alberto. O pensamento político de Alberto Pasqualini. Realização: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Museu Júlio de Castilhos. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2005. P. 176.

⁴⁷ Sobre esse aspecto ver: VELLOSO, Mônica. Op. Cit.

reconhece o valor de seu trabalho, daí a necessidade da atuação do Estado.

Este atuaria de duas formas complementares: primeiro ampararia o povo dos excessos do capitalismo reconhecendo e valorizando de forma justa a riqueza produzida por ele, em função de sua utilidade social; posteriormente, trabalharia para despertar na população a consciência e o grau de civilidade necessários ao exercício da democracia, através da educação.

É neste sentido que adquire centralidade o partido político. no pensamento pasqualinista, o partido político não tem funções puramente eleitoreiras.

Pasqualini acreditava que a verdadeira função das agremiações políticas era a de promover a mobilização social, difundir idéias e ser um instrumento de educação do povo.⁴⁸

Dessa maneira, compreendem-se, também, seus ataques diretos ao personalismo político. O mito e o culto a imagem de um líder considerado onisciente e onipotente de nada ajudariam na árdua tarefa de implementação de um regime democrático sob as bases trabalhistas.

Há ainda nos partidos políticos muito individualismo, muito personalismo, muita ausência de convicção partidária. Seria necessário que os homens agissem em função de idéias e soluções. Em política, no Brasil, estamos ainda na fase da antropolatria mais grosseira. Temos um longo caminho a percorrer. Se considerarmos a política como a arte de investigar e realizar o fazer da política um instrumento a serviço de pessoas. Política deveria significar renúncia, desprendimento, ação em benefício da coletividade. No entanto, só significa, às vezes, ambições e interesse.⁴⁹

Uma das preocupações centrais de Pasqualini era a de situar ideologicamente suas idéias e propostas no espaço entre o capitalismo e o socialismo.⁵⁰ Neste sentido, ele não era um anticapitalista, apenas prezava por um tipo diferente de capitalismo, que ele denominava “*capitalismo solidarista*”. É interessante lembrar que se vivia o contexto de fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria.

⁴⁸ VASCONCELLOS, Laura Vianna. Alberto Pasqualini e o trabalhismo no Brasil. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. p. 57. Ver também nota 18.

⁴⁹ PASQUALINI, Alberto. Discurso no diretório municipal do PTB, *Correio do povo*, 6 de abril de 1949. *apud* VASCONCELLOS, Laura Vianna. Op. Cit. p. 58..

⁵⁰ Em sua obra o autor faz menção à existência de inúmeras concepções sobre tais conceitos. As que ele usa referem-se aos extremos, o chamado capitalismo individualista, baseado na maximização do lucro e o chamado socialismo comunista, cujo exemplo é o Regime Soviético.

Alberto Pasqualini defendia um tipo de capitalismo baseado nos valores da cooperação e da solidariedade entre as classes. Segundo ele, o trabalho era a principal fonte provedora de recursos para a economia. Sendo assim, não seria socialmente justo que a parte da população que mais trabalha, não tenha acesso à riqueza que produz. O que o autor propunha para sanar esse problema era a redistribuição das riquezas, sobretudo na forma de trabalho e no que ele denominou de “*contribuição social*”. Para Pasqualini, os mais ricos deveriam ser mais tributados, em prol dos menos favorecidos. Para justificar essa “cobrança”, ele advertia que o investimento na melhoria das condições de vida dos trabalhadores, produziria um aumento do consumo e, conseqüentemente, aumento no lucro dos capitalistas.

É interessante destacar também, ainda no campo das influências ideológicas do pensamento pasqualinista, o grande diálogo que o pensador travou no campo da economia. Em seus discursos no Senado, é possível perceber como, em diversos momentos, Pasqualini fundamenta suas argumentações em teorias e cálculos econômicos, mostrando profundo domínio das teorias, desde as mais clássicas às suas contemporâneas.

Em discurso proferido no dia 05/10/1951,⁵¹ por exemplo, Pasqualini expõe parte dos fundamentos do trabalhismo. Para ele, a organização da sociedade sob a égide do trabalhismo se baseia na centralidade da categoria do trabalho produtivo. A vida em sociedade, os relacionamentos sociais, se daria em função do intercâmbio desse tipo de trabalho. Para expor seu conceito de trabalho produtivo, o autor entra em franco desacordo com autores da economia liberal clássica e compartilha do pensamento de Cassel ao definir essa categoria como qualquer tipo de atividade que possa ter um resultado socialmente útil, que se destine ao bem da coletividade. Nessa sociedade, a remuneração do trabalhador é auferida em função do grau de utilidade ou de participação social da atividade desenvolvida.

⁵¹ Diário do Congresso, 05/10/1951. A sociedade segundo o trabalhismo. In: DUTRA, Milton. O trabalhismo de Pasqualini. Porto Alegre: Editora Intermédio, 1986.

CAPÍTULO II

Entre a trajetória e as representações: os significados da inserção político-cultural de Pasqualini.

Como já dito na introdução do presente estudo, nesta seção serão traçados questionamentos de três ordens. A relação de Pasqualini com Getúlio Vargas; com o PTB e a delimitação do conceito de trabalhismo.

A figura de Getúlio tem importância na medida em que ele é o personagem central da história brasileira no período que vai da Revolução de 30 ao golpe militar, mesmo tendo se suicidado em 1954. Dentro dos limites e das intenções deste trabalho, entretanto, sua figura tem destaque pois, é a partir e em função de Vargas que se definem as posições políticas no período de 45-64. As posições políticas e a estruturação dos partidos se definem enquanto a favor ou contra o getulismo.

A análise da bibliografia sobre o sistema político do período dá conta dessa operação. Três são os principais partidos que passam a existir oficialmente a partir do fim do Estado Novo: PSD, PTB e UDN.⁵² Os dois primeiros eram pró Vargas, no PSD estavam presentes os ex-interventores federais e membros da burocracia estatal do Estado Novo e no PTB as classes mais populares sintonizadas com o trabalhismo, dirigentes sindicais e principalmente os setores queremistas. A UDN, herdeira do liberalismo, definia-se contra Vargas, era a crítica ao getulismo o único fator de coesão dos grupos arregimentados em torno da legenda Udenista.⁵³

A idéia, então, seria construir partidos fortes, de âmbito nacional que representariam, a partir de agora os anseios dos mais distintos grupos sociais presentes na sociedade, mesmo os setores mais populares da sociedade recentemente integrados ao jogo político “por

⁵² A legenda do partido comunista é cassada em 1947. Portanto, dada sua efemeridade, não será analisado neste trabalho. Reside, porém, a consciência de sua atuação na clandestinidade e sua contribuição para o desenvolvimento da política do período e para a conquista efetiva de direitos por parte dos trabalhadores. Além disso, serão esses os partidos analisados por serem os de maior representação nacional no período.

⁵³ Sobre o PSD ver: HIPÓLITO, Lúcia. De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Sobre o PTB ver: GOMES, Ângela de Castro. Partido trabalhista brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel. Nacionalismo e reformismo radical. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (coleção as esquerdas no Brasil vol. II) e D'ARAÚJO, Maria Celina. Sindicatos, carisma e poder. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996; Sobre a UDN: BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. A UDN e o Udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945 – 1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

intervenção de Getúlio”. Daí a necessidade da existência de um programa político, de uma ideologia. Era o início do processo de modernização política.

Nesse sentido, em função desse esforço constante de estruturação, as alianças políticas e as bases partidárias estão em processo constante de mudança.

Em transformação contínua, este [o sistema partidário] abrigava, quando da sua extinção, duas tendências antagônicas: uma à desagregação, pois o sistema se revelava incapaz de representar interesses e organizar o governo, e outra ao fortalecimento, já que suas bases de apoio se encontravam em processo de realinhamento.⁵⁴

Apenas para fazer um contraponto, é importante lembrar que na Primeira República, os partidos políticos não eram nacionais, ou seja, não tinham representação em todos os Estados. O regionalismo era característica básica desse sistema político. Os rumos da política eram decididos por um acordo entre as elites regionais. Além disso, o voto não tinha valor já que as eleições eram facilmente fraudadas. Os partidos existentes tinham então a função de agregar as elites dos Estados e representar seus interesses.

A implementação desse sistema político mais descentralizado se justifica no próprio contexto histórico, em função dos impasses apresentados à construção do Estado quando da implementação do regime republicano em 1889.

Neste cenário complexo e fluídico, é que Alberto Pasqualini se insere. Sua trajetória de vida e, principalmente sua relação com Vargas e feita de idas e vindas, concordâncias e discordâncias. Como constatado quando do seu pedido de demissão do cargo de Secretário do interior na interventoria de Ernesto Dornelles.

Como já foi dito anteriormente, Pasqualini defende o Estado Novo por achar a sociedade ainda incompatível ao exercício dos ideais democráticos. Neste sentido, a ditadura técnica é justificada por seu caráter transitório. Entretanto, um ano após fazer essa defesa, Pasqualini pede demissão de seu cargo, para voltar as atividades políticas apenas no ano de 1945, quando lança o manifesto-programa da USB e, posteriormente se alia ao quadro petebista.

As razões de sua demissão ainda restam ser explicadas, mas sua incorporação aos quadros do PTB parecem ser melhor sinalizados quando se tem em mente a dinâmica de

⁵⁴ HIPPIÓLITO, Lúcia. De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 39.

funcionamento do sistema partidário acima descrita e a estruturação do pensamento de Pasqualini.

Isto é, apesar de se desligar do aparelho burocrático estadonovista, por alegadas discordâncias quanto ao autoritarismo de Getúlio, Pasqualini não se incorporaria futuramente a UDN, que congregava todos os setores de oposição a Vargas, pois esta se apresentava no panorama político como herdeira da tradição liberal e, como já vimos no capítulo anterior, o pensamento de Pasqualini era muito influenciado pelo ideal corporativista. Além disso, o caráter eminentemente trabalhista de seu pensamento era totalmente desprezado nas atitudes políticas do partido anti-Vargas.⁵⁵

Dentro das perspectivas políticas que se delineavam no alvorecer do regime democrático, suas propostas pareciam mais sintonizadas com o ideal de partido pensado para o Partido Trabalhista Brasileiro.

Neste momento, faz-se necessária uma pequena digressão sobre o surgimento e evolução do PTB e sobre o papel desempenhado por Pasqualini nas fileiras do partido.

Dentro dos vários momentos históricos que compõem a evolução do PTB, são cruciais para o encadeamento lógico do presente trabalho, os anos que se localizam desde sua criação até o segundo governo de Vargas, momento que deixa transparecer o vigor e o amadurecimento intelectuais de Pasqualini e sua ênfase na tentativa de sistematizar a doutrina trabalhista.⁵⁶

De modo geral, o primeiro dado a se reter é que o PTB não foi criado com o intuito deliberado de controlar as massas, apesar de estar assentado na estrutura sindical montada no período do Estado Novo, nem de rivalizar abertamente com PCB, apesar de ambos disputarem basicamente o mesmo eleitorado.

Ou seja, o PTB nem foi concebido exclusivamente para ser um contrapeso à força política do Partido Comunista Brasileiro, embora devesse funcionar como uma alternativa de esquerda a esse partido, nem foi imaginado *a posteriori*, como uma saída eleitoral ao “elitismo e conservadorismo” do PSD.⁵⁷

⁵⁵ Mesmo que se questione a veracidade dessa filiação liberal da UDN, evidenciando-se, por exemplo o fato de existirem setores da esquerda democrática a fazerem parte dos quadros do partido, o fato de seus membros fazerem questão de se dizerem herdeiros dessa tradição já é fator suficientemente claro para desconsiderar uma possível filiação de Pasqualini ao partido. Além disso, o próprio desenvolvimento histórico do partido nos mostra que, cada vez mais, esses setores tiveram menos espaço no partido. Ver: BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. A UDN e o Udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945 – 1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

⁵⁶ Sobre os diferentes momentos históricos do PTB ver: GOMES, Ângela de Castro. Op. Cit.

⁵⁷ GOMES, Ângela de Castro. Op. Cit. P. 59.

Como mostra Maria Celina D'Araújo, desde sua fundação o PTB estava intimamente associado à figura de Getúlio. O Partido foi fundado por iniciativa do Estado tendo em vista a estrutura sindical criada no Estado Novo e as mobilizações em torno da permanência de Vargas na presidência da República (o *queremismo*) no período da crise de seu Primeiro Governo. Nota-se já aí a presença do carisma como elemento em torno do qual o partido se estrutura.

Analisando a estrutura interna do partido a autora visualiza, um partido de composição social variada, movido por disputas políticas entre lideranças secundárias, com uma série de dispositivos que procuram centralizar as decisões e excluir qualquer dissidência que possa surgir sendo único fator aglutinador a liderança do chefe do partido, Getúlio Vargas. A liderança de Vargas era incontestável e suas orientações seguidas à risca, como se constatou no contexto das eleições presidenciais quando o PTB apoiou Dutra, “à mando” de Getúlio.

Sua argumentação se baseia nos processos de dispersão e rotinização do carisma em lideranças secundárias, que se intensificam quando, a partir da gestão de Salgado Filho na presidência do partido, há um esforço maior no sentido de determinar as bases ideológicas do partido. Isso se dá graças ao avanço do trabalhismo na política mundial e ao esforço de disciplinar e organizar o partido, tendo em vista o fracasso eleitoral de 1947.

Na mesma linha interpretativa, segue já mencionado artigo de Ângela de Castro Gomes sobre o PTB. O papel de Pasqualini no partido então seria melhor entendido sob a ótica de uma tentativa de organizar suas fileiras internas, amenizando as constantes disputas entre as chamadas lideranças secundárias. A doutrinação do partido, entretanto, segundo essas autoras, não seria função exclusiva de um único intelectual. Emergem neste cenário, variadas visões sobre o trabalhismo brasileiro.

[...] A marca do PTB foi sempre a defesa e a expansão da obra social de Vargas, mas as variantes e os matizes ideológicos que poderiam dela derivar foram múltiplos. Tanto é assim, que a definição dos conteúdos do trabalhismo se tornou um acirrado campo de disputas, além de sofrer transformações ao longo do tempo. Nesse sentido, ele foi sendo associado a sindicalismo, a *getulismo*, a nacionalismo, a socialismo, a reformismo, a corporativismo, à democracia social e até mesmo a comunismo. O esforço doutrinário se constituiu em um importante objetivo das lideranças trabalhistas, a despeito de elas mesmas não concordarem inteiramente sobre o teor do assunto. Devido a isso, houve várias e diferenciadas tentativas, articuladas por formuladores como Alberto Pasqualini, Lúcio Bittencourt, San Tiago Dantas e Salgado Filho, que raramente agradavam a todos os grupos que integravam o partido.⁵⁸

⁵⁸ GOMES, Ângela de Castro. Op. Cit. p. 65.

No caso específico do Rio Grande do Sul, Bodea mostra que o PTB gaúcho era composto por três vertentes: a ala sindicalista, formada pelos líderes sindicais da época do Estado Novo; a ala doutrinário – pasqualinista, formada por intelectuais progressistas agrupados em torno de Alberto Pasqualini e a pragmático-getulista, que se estabelece a partir de 1946, formada por políticos profissionais oriundos do PSD. A entrada da segunda ala no partido é que daria o diferencial do PTB em solo, gaúcho, seu caráter mais esquerdista. E seria uma das responsáveis pelo sucesso do partido e a exportação de seu modelo para o contexto nacional.⁵⁹

Neste sentido, remetendo diretamente a relação de Pasqualini com Vargas, o autor desenvolve o conceito de complementaridade conflitiva. Afirma a impossibilidade de se analisar o papel desempenhado por Alberto Pasqualini no PTB fora da sua relação com Vargas e que apesar das divergências entre os dois políticos, eles exerciam funções complementares. Vargas seria o político nacional e Pasqualini, o intelectual responsável por dar base ideológica ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e teria uma atuação política muito mais voltada para o âmbito regional. Ou seja, é a partir da atuação desses dois indivíduos, Vargas e Pasqualini, que o partido ganha consistência política e consegue conquistar cada vez mais representatividade e sucesso político. Neste sentido, *o conflito entre o líder nacional e a base regional é essencialmente tático, derivando de uma correlação de forças políticas desigual em níveis regional e nacional.*⁶⁰

A atuação de Vargas e Pasqualini seria de fundamental importância para a evolução política do PTB. Nos momentos iniciais de sua formação e consolidação, exigiu a habilidade política do grande estrategista que foi Getúlio Vargas para conseguir visibilidade. Em contrapartida, necessitava de um programa político bem fundamentado ideologicamente, função primordialmente desempenhada por Pasqualini.

O autor destaca ainda que essa complementaridade de funções tem precedente na história política gaúcha, remetendo ao período de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros.

De fato, é na época do antigo Partido Republicano Rio-Grandense de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros que começa a se delinear este padrão de divisão de tarefas entre uma liderança regional e uma liderança nacional, gerando um

⁵⁹ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992.

⁶⁰ BODEA, Miguel. Op. Cit. p. 172.

interessante ciclo de conflitos.⁶¹

São duas visões distintas e complementares. A primeira trata de um âmbito maior, a construção do PTB nacional e seu desenvolvimento subsequente. A ênfase recai na centralidade da figura de Vargas e nas disputas entre as lideranças de segunda ordem. A partir dessa constatação, o esforço ideológico adquire sentido se entendido sob a perspectiva de uma tentativa de institucionalização do partido. Dito de outra forma, a grande questão que se apresenta aos líderes do PTB é a de como lidar com o vulto da figura de Getúlio. Como fazer para que o partido rotinize o carisma do ditador para assim manter o elo com o eleitorado que seguia não o trabalhismo, mas Getúlio Vargas?

Na segunda, mesmo que o esforço de doutrinação empreendido por Pasqualini possa ser entendido sob o processo de institucionalização do partido, persiste a idéia de que o que é institucionalizado é o trabalhismo defendido por Pasqualini, não o carisma de Vargas. Apesar de não ser possível entender o pensamento e atuação de Pasqualini fora de sua relação com a figura de Getúlio, é resguardada certa autonomia de atuação ideológica ao intelectual que se dedica eminentemente a fornecer as bases ideológicas do partido.

Tendo em vista esse panorama, uma das chaves para o entendimento das atitudes e decisões de Pasqualini, tanto no que diz respeito a sua relação com Vargas quanto com o PTB, parece residir na complexa relação estabelecida entre as dinâmicas das políticas regional e nacional. Essa foi uma das principais contribuições do trabalho de Bodea. Contudo, restam ainda estudos que aprofundem os termos desta relação.

Resta-nos agora a análise sobre os contornos e desenvolvimentos do conceito de trabalhismo. De modo geral, o trabalhismo é entendido como o movimento que procura explicar e entender a luta dos trabalhadores na busca por seus direitos. Em terras brasileiras, entretanto, em virtude de sua especificidade histórica, esse desenvolvimento esteve muito associado a órbita do Estado.

Termo mundialmente conhecido para conceituar a trajetória dos trabalhadores em busca de seus direitos econômicos, políticos e sociais. Esse movimento, datado basicamente do século XIX, incluía a luta pelo reconhecimento dos sindicatos enquanto interlocutores legítimos, a defesa do direito de representação política dos trabalhadores e a criação de partidos de trabalhadores. O caso mais célebre é o do trabalhismo inglês, do qual derivou no início do século XX o *Labour Party*.

⁶¹ BODEA, Miguel. Op. Cit. p. 169.

No Brasil, contudo, trabalhismo esteve sempre mais associado a uma política pública estatal do que a uma intervenção autônoma do movimento dos trabalhadores.⁶²

Segundo esta definição, o trabalhismo foi inventado pelo estado brasileiro em 1942, pelos ideólogos do Estado Novo, através de uma apropriação e ressignificação da experiência de luta da classe operária. Surge portanto, intimamente associado a figura de Getúlio Vargas que também é “criada” nesse período.

Embora trabalhismo não possa ser redutível a getulismo, o que se verificou no processo de industrialização brasileira foi a associação entre esses dois termos, criando-se uma grande confusão. Ser antigetulista foi por isso associado a ser antitrabalhista, e por muito tempo o país teve que conviver de maneira cuidadosa com termo tão importante e tão carregado de personalismo.⁶³

Esse processo foi bem analisado por Ângela de Castro Gomes na obra *A invenção do trabalhismo*. É dela que iremos tratar doravante.⁶⁴

Primeiro, é importante lembrar a grande influência que a autora sofre da abordagem de Thompson, sobretudo, na ênfase nos estudos sobre a dimensão cultural ou simbólica no processo de constituição da classe operária.

Para confirmar sua tese a autora desenvolve uma linha argumentativa baseada no que ela chama de “Voz dos trabalhadores”, ou seja, determinando quem fala pelos trabalhadores no processo de construção da República brasileira, de 1889 a 1945.

Na primeira parte do livro, denominada “*A hora e a vez dos trabalhadores*”, Gomes analisa desde os primeiros anos da República à implantação da Ditadura Vargas e percebe que nesse período do novo regime, os trabalhadores detinham a voz, ou seja, falavam por si mesmos. Estavam representados por uma infinidade de instituições filiadas a correntes ideológicas das mais variadas, merecendo ênfase, os socialistas, os comunistas e os anarquistas, sobretudo na vertente anarco-sindicalista.

Contudo, após os anos 20 (anos de intensa movimentação em todos os setores da vida social) os trabalhadores começam a perder espaço frente às classes trabalhadoras em função, primeiro dessa pluralidade de “representações” (a autora destaca, por exemplo, a disputa entre

⁶² D’ARAÚJO, Maria Celina & GOMES, Ângela de Castro. *Getulismo e trabalhismo*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1989. p. 81.

⁶³ D’ARAÚJO, Maria Celina & GOMES, Ângela de Castro. *Op. Cit.* p. 82.

⁶⁴ GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

comunistas e anarquistas pela “liderança da classe operária”), segundo porque passam a sofrer concorrência de outras instituições como a Igreja Católica e, após a Revolução de 1930, do Ministério do Trabalho. Este passa a ganhar terreno frente aos trabalhadores (falar por eles; deter a Voz) principalmente em função das leis sociais. O gozo desses direitos dependia da posse da carteira de trabalho que, por sua vez, era destinada somente aos trabalhadores sindicalizados.

Entretanto, para além desta lógica puramente material, existe uma dimensão simbólica muito mais forte que a autora passa a analisar na segunda parte de seu livro, denominada, “*Trabalhadores do Brasil!*”.

Os benefícios da legislação social eram efetivamente transformados em ‘incentivos seletivos’, uma vez que a condição de sindicalizado era essencial para seu usufruto. Entretanto, neste momento, esta lógica não foi um recurso de poder suficiente para afastar as reações. [...] Esta lógica material, essencial para a construção de um pacto social, na realidade só começou a produzir os significativos resultados a ela imputados no pós-40. A partir daí ela combinou-se com a lógica simbólica do discurso trabalhista, que, ressignificando a ‘palavra operária’ construída ao longo da Primeira República, apresentava os benefícios sociais não como uma conquista ou uma reparação, mas como um ato de generosidade que envolvia reciprocidade.⁶⁵

A autora destaca que a atuação do Estado no sentido de atrair os trabalhadores para seu projeto se deu por três meios, a propaganda, a sindicalização e o Partido trabalhista Brasileiro.

No âmbito da propaganda ou a dimensão simbólica, o Estado atuou através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criando, por exemplo, a Revista Cultura Política, as datas comemorativas, sobretudo o 1º de maio, e o programa radiofônico, A Voz do Brasil, fontes essenciais para a perspectiva analítica da autora.

Além disso, é preciso lembrar da criação do mito Vargas, ou seja, da propaganda feita em torno da figura de Getúlio, suas qualidades excepcionais de chefe da nação, aquele com a capacidade de antever as demandas dos trabalhadores e por generosidade cede-las a eles.

Nota-se aí a existência de um conceito central para o entendimento da proposta da autora, a “*ideologia da outorga*”,

Isto é, os benefícios sociais teriam sido apresentados à classe trabalhadora no pós-40 como um presente outorgado pelo estado. A classe trabalhadora, mesmo antes de

⁶⁵ Idem. p. 180.

demandar, teria sido atendida por uma autoridade benevolente, cuja imagem mais recorrente é a da autoridade paternal.⁶⁶

Segundo esta lógica, a generosidade implica em reciprocidade, que, no caso, era pela forma da obediência ao chefe político, principalmente, em momentos de dificuldade, como verificou-se quando da entrada do Brasil na segunda Guerra Mundial.

A força da coisa dada está em produzir em quem recebe a consciência de uma obrigação de retribuir como um dever político de natureza ética. [...] quem recebe cria certo tipo de vínculo, de compromisso que desemboca naturalmente no ato de retribuir. A não-retribuição significa romper com a fonte de doação de forma inquestionável.⁶⁷

E é nesse sentido que a autora afirma não haver mera manipulação de massas, o que existia na verdade era um pacto entre o chefe da nação e a classe trabalhadora.

A classe trabalhadora, por conseguinte, só ‘obedecia’ se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como elemento integrador de todo o pacto.⁶⁸ (p. 180)

É preciso também ressaltar que com este esforço “ideológico”, o Estado fazia uma operação de recriação da memória e da história nacionais, num esforço de legitimidade que apresentava o Golpe do Estado Novo, como a continuação do Movimento Revolucionário iniciado em 1930. Descaracterizando todos os acontecimentos do período anterior, seja em âmbito político, na crítica ao excesso de liberalidade do governo, seja em âmbito social, “apagando”, já que a legislação social foi “antevista e outorgada como um presente”, toda a luta dos trabalhadores da Primeira República por melhores condições de vida.

A análise desse processo de incorporação dos trabalhadores termina com a criação do PTB, já no contexto do fim do regime autoritário de Vargas. Órgão responsável por dar representação e visibilidade política aos interesses da classe trabalhadora, a criação do PTB surge no sentido de tentar controlar a dimensão político-eleitoral para permanência do governo ou de setores do mesmo no poder.

⁶⁶ Idem. p. 181.

⁶⁷ Idem. p. 228

⁶⁸ Idem. p. 180.

Análise contrária nos fornece Miguel Bodea.⁶⁹ Ao analisar a formação e desenvolvimento do PTB gaúcho, o autor mostra que a sistematização da doutrina do partido ficou a cargo de Alberto Pasqualini que, como vimos ainda neste capítulo teve autonomia na formação de seu pensamento político, muitas vezes divergindo de Getúlio Vargas, seja na doutrina, seja na política.

Essa formação diferenciada do partido gaúcho se fundamentaria na cultura política regional positivista, manifesta na maneira de lidar com os movimentos dos trabalhadores. Neste momento, a referência que se faz é a análise feita pelo autor da greve geral de 1917, quando Borges de Medeiros propõe um fim negociado para o conflito.

O que Bodea procura defender é a existência do trabalhismo na política nacional, anteriormente ao período do Estado Novo. Ele se desenvolveria na política gaúcha e seria exportado para o restante da nação. Neste sentido, ele não pode ser confundido com varguismo ou getulismo, pois seu conteúdo e sua implantação não seriam resultado da atuação específica de Getúlio e sim de Pasqualini. Este era o intelectual do partido, aquele o estrategista político por excelência.

Duas questões emergem, contudo, da análise de Bodea, primeiro a rigidez da divisão de papéis que o autor atribui aos principais líderes políticos do PTB. Pasqualini foi, sem dúvida, extremamente importante para a delimitação da doutrina do PTB, mas, como vimos, sua atuação não se resignou ao campo puramente intelectual.

Segundo, a própria tradição política trabalhista dos gaúchos. Resgatando a obra de Joseph Love⁷⁰, Pedro Cezar Dutra⁷¹ mostra que a solução negociada de Borges não pode ser entendida como pressuposto ou evidência para o surgimento posterior do trabalhismo. Neste sentido, a solução perpetrada por Borges foi única e atendeu a uma conjuntura histórica específica. Não existe uma linha evolutiva do positivismo ao trabalhismo na evolução do ideário político das elites gaúchas. Muito menos uma transmigração desse conceito para a realidade nacional. Há um gradativo abandono de alguns dos preceitos da doutrina positivista e incorporação de novas ideologias no ideário das elites políticas gaúchas.

⁶⁹ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992.

⁷⁰ LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

⁷¹ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas*. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, (14) 2: 410-421, 1993.

Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1619/1987>. Acessado em: 22/05/2010.

Ao reinterpretar o positivismo, dando-lhe nova forma, abandonava paulatinamente seus dogmas, ensejando a criação de algo novo na economia brasileira: o desenvolvimentismo. Por isso é importante ressaltar que o desapego ao positivismo por parte dessa geração [A de 1907] não foi abrupto, mas gradual. Ocorreu ao longo da República Velha, reforçou-se após 1928, e, quando da formação da Aliança Liberal e da “Revolução de 30”, os princípios ideológicos de Comte já eram bem mais tênues. Ao longo da década de 30, descaracterizar-se-iam muito ao se mesclarem com as novas ideologias em voga, como o corporativismo e o fascismo. Permaneceria do positivismo certamente o ideal de progresso dentro da ordem – o qual acompanha a própria história do desenvolvimento capitalista brasileiro – , mas princípios programáticos como descentralização federalista, orçamento equilibrado, Estado neutro e intervencionismo moderado seriam abandonados, fazendo emergir algo novo, diverso do positivismo da velha geração.⁷²

⁷² FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Op. Cit. p. 417.

CONCLUSÃO

A título de conclusão, cumpre ressaltar que este estudo não pretende esgotar o tema aqui apresentado. Ele tem caráter introdutório. Desenvolveu-se no sentido de tentar trazer a tona o significado histórico da vida de Alberto Pasqualini, para contribuir minimamente para o entendimento de um período extremamente importante da história nacional.

É preciso ter em mente que por ser pensador e, sobretudo sujeito de seu próprio tempo histórico, o Pasqualini não estava alheio às influências exercidas pela conjuntura apresentada a ele. Neste sentido, é importante frisar que ele viveu o “caldo” político-cultural que foi a primeira metade do século XX. Somente para enunciar, é nessa época que surgem os movimentos totalitários, tanto de esquerda como de direita, que tiveram suas idéias repercutindo por todo o mundo. Porém, talvez a transformação cultural mais significativa, em âmbito nacional, seja, como Destaca Mônica Pimenta Veloso⁷³, a transformação no papel do intelectual, que deixa de somente observar a vida em sociedade de sua torre de marfim, para nela atuar politicamente.

Neste sentido, Pasqualini é importante por significar a aplicabilidade desse ideal de intelectual. É importante não só por suas idéias, mas por suas ações ou, pelo menos, pelas tentativas.

Como já dito em outro momento, a chave para o entendimento deste período parece residir num aprofundamento ainda por ser feito, a respeito da dinâmica de funcionamento da política em âmbitos regional e nacional e como elas se inter-relacionam.

⁷³ VELOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília. (orgs.) O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. II.

BIBLIOGRAFIA

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. A UDN e o Udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945 – 1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BODEA, Miguel. Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992.

D'ARAÚJO, Maria Celina & GOMES, Ângela de Castro. Getulismo e trabalhismo. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Sindicatos, carisma e poder. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DUTRA, Milton. O trabalhismo de Pasqualini. Porto Alegre: Editora Intermédio, 1986.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas. Ensaio FEE, Porto Alegre, (14) 2: 410-421, 1993.

Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1619/1987>. Acessado em: 22/05/2010.

GOMES, Ângela de Castro. A invenção do Trabalhismo. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. Partido trabalhista brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel. Nacionalismo e reformismo radical. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (coleção as esquerdas no Brasil vol. II)

_____. Política: História, Ciência, Cultura etc. Estudos Históricos – Historiografia, Rio de Janeiro, v. 9, nº 17, p. 59-84, 1996.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Os soldados de Deus conquistam o Rio Grande: formação cultural e política na primeira metade do século XX. Artigo ainda não publicado, adquirido pessoalmente junto ao autor.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 14, p.73-90, out. 1990.

HIPPÓLITO, Lúcia. De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LOVE, Joseph L. O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930. São Paulo: Perspectiva, 1975.

PASQUALINI, Alberto. Bases e Sugestões para uma política social. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

PASQUALINI, Alberto. O pensamento político de Alberto Pasqualini. Realização: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Museu Júlio de Castilhos. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2005.

RIELA, Caio Repiso. Pasqualini: Vida e Obra. Porto Alegre: Corag, Sem ano.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). Rev. Bras. De História. São Paulo, v.15, nº 30, pp. 9 – 22, 1995.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (org.). Por uma História Política. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

VASCONCELLOS, Laura Vianna. Alberto Pasqualini e o trabalhismo no Brasil. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

VELOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília. (orgs.) O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. II.